“O futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia”: ecos preliminares da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT

"El futuro del trabajo no estará determinado únicamente por la tecnología": primeras repercusiones de la 114ª Sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo de la OIT

"The future of work will not be determined solely by technology": preliminary echoes from the 114th Session of ILO’s International Labour Conference

Frederico Peres

Resumo. Pautada pelos grandes desafios que marcam o mundo do trabalho na atualidade, a 114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) teve início no último dia 1º de junho, na sede da Organização, em Genebra. Entre os temas principais, encontram-se: a proposta de uma Convenção sobre o trabalho decente na economia de plataformas, que busca trazer marcos normativos e protetivos ao imenso contingente de trabalhadores que realizam suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais, operadas por algoritmos, produzindo contextos de extrema vulnerabilização e precarização das condições de trabalho; e a discussão sobre estratégias para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, como caminho para superar as históricas barreiras estruturais que continuam a dificultar o acesso equitativo de homens e mulheres a oportunidades de emprego, cargos e progressão de carreira. Ecos da crise geopolítica contemporânea e da histórica disputa entre capital e trabalho são ouvidos desde as primeiras sessões, dando a tônica das discussões em plenários e nas comissões. E devem influenciar os produtos previstos para serem entregues, ao final da Conferência, como contribuição para enfrentar os desafios colocados para o mundo do trabalho contemporâneo. Que prevaleçam, nesses produtos finais, a manifestação inequívoca da importância do diálogo social e do multilateralismo para a solução de conflitos e disputas, e o respeito imprescindível aos direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores.

Palavras-chave: Organização Internacional do Trabalho (OIT); Conferência Internacional do Trabalho (CIT); Trabalho decente; Plataformização; Promoção da Igualdade de gênero.

Resumen. *Guiada por los principales desafíos que enfrenta el mundo del trabajo actual, la 114.ª sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo (CIT) dio comienzo el 1 de junio en la sede de la Organización en Ginebra. Entre los temas principales se encuentran: la propuesta de una Convención sobre el trabajo decente en la economía de plataformas, que busca proporcionar marcos normativos y de protección para la inmensa cantidad de trabajadores que realizan sus actividades laborales a través de plataformas digitales, operadas por algoritmos, generando contextos de extrema vulnerabilidad y condiciones laborales precarias; y el debate sobre estrategias para promover la igualdad de género en el mundo del trabajo, como vía para superar las barreras estructurales históricas que siguen impidiendo el acceso equitativo de hombres y*

mujeres a oportunidades de empleo, puestos y desarrollo profesional. Desde las primeras sesiones se han escuchado ecos de la crisis geopolítica contemporánea y la histórica disputa entre capital y trabajo, marcando la pauta de los debates en las sesiones plenarias y las comisiones. Estos ecos deberán influir en los productos que se prevé presentar al final de la Conferencia, como contribución para abordar los desafíos que enfrenta el mundo del trabajo actual. Estos productos finales deben demostrar inequívocamente la importancia del diálogo social y el multilateralismo para la resolución de conflictos y controversias, así como el respeto esencial a los derechos fundamentales de los trabajadores.

Palabras clave: *Organización Internacional del Trabajo (OIT); Conferencia Internacional del Trabajo (CIT); Trabajo decente; Plataformas digitales; Promoción de la igualdad de género.*

Abstract. *The 114th session of the International Labour Conference (ILC) commenced on June 1st at the Organization's headquarters in Geneva, addressing the significant difficulties now confronting the world of work. The primary themes include: the proposal for a Convention on decent work within the platform economy, aimed at establishing normative and protective frameworks for the vast number of workers engaged in activities mediated by algorithm-driven digital platforms, which create contexts of significant vulnerability and precarious working conditions; and the discussion on strategies to promote gender equality in the workforce, as a means to address the enduring structural barriers that impede equitable access to employment opportunities, positions, and career advancement for both men and women. The reverberations of the current global crisis and the longstanding conflict between capital and labor have been evident since the initial sessions, influencing the discourse in plenary sessions and committees. They should impact the documents and resolutions of the Conference, which are intended to contribute to the resolution of difficulties confronting the modern workforce. The final products must clearly illustrate the significance of social dialogue and multilateralism in conflict resolution and imperative respect for workers' fundamental rights.*

Keywords: *International Labour Organization (ILO); International Labour Conference (ILC); Decent Work; Platformization; Advancement of Gender Equality.*

Introdução

"O futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia, mas pelas políticas, instituições e diálogo social que a orientarem". Esta foi uma das mensagens-chave do discurso proferido pelo diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilbert F. Houngbo, durante a cerimônia de abertura da 114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), no último dia 1º de junho, na sede da Organização, em Genebra. Um importante e necessário posicionamento em um contexto em que as atividades laborais mediadas por tecnologias digitais e, em particular, o trabalho plataformizado, se expandem rapidamente, ao redor do planeta, reconfigurando dinâmicas e processos que marcam o mundo do trabalho contemporâneo.

Partindo do reconhecimento que vivemos tempos de grandes incertezas, sobretudo em razão dos conflitos armados vigentes em diferentes partes do planeta, com impactos de diferentes ordens sobre grandes contingentes populacionais, o diretor-geral ressalta a dimensão global da crise, com destaque aos impactos sobre o mundo do trabalho:

> *A economia global permanece frágil e a crise no Oriente Médio emergiu como uma importante fonte de risco para os trabalhadores, as empresas e as*

> *comunidades. Os marinheiros no Estreito de Ormuz, os trabalhadores migrantes nos países do Golfo, os trabalhadores agrícolas no sul do Líbano e os trabalhadores e empresas de vários setores no Irã estão entre os mais diretamente afetados.*
>
> **Gilbert F. Houngbo, discurso de abertura da 114ª CIT**

Com destaque para a crise global representada pela restrição do transporte marítimo no Estreito de Ormuz - por onde passa 20% do petróleo comercializado no mundo -, Houngbo adverte que:

> *Em uma economia global já de crescimento lento, marcada por déficits persistentes de trabalho decente, as consequências podem ser significativas. Sob um cenário de choque petrolífero prolongado, as horas trabalhadas em todo o mundo podem cair o equivalente a 14 milhões de empregos em tempo integral este ano e 38 milhões no próximo, com perdas de renda do trabalho que podem chegar a US$3 trilhões até 2027. O impacto pode ser particularmente severo nos Estados Árabes, com repercussões em toda a Ásia e no Pacífico.*
>
> **Gilbert F. Houngbo, discurso de abertura da 114ª CIT**

Paralelamente a esses desafios, nos recorda o diretor-geral da OIT que enfrentamos outro desafio com enorme potencial de reconfigurar o mundo do trabalho contemporâneo, com significativos impactos para um imenso contingente de trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta: o rápido desenvolvimento das ferramentas de inteligência artificial e o crescente avanço do trabalho mediado por plataformas digitais em todo o mundo. Segundo Houngbo, a IA está ***"remodelando a forma como o trabalho é organizado, como o valor é criado e como as decisões são tomadas, em uma velocidade e escala sem precedentes"***. E, a partir dessa premissa, apresenta à Assembleia da CIT seu relatório **Um momento de escolha: aproveitando a inteligência artificial para o trabalho decente**.

Adverte o diretor-geral.

> *A mensagem central é bastante clara: o futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia, mas pelas políticas, instituições e diálogo social que a orientarem. As escolhas que fizermos hoje determinarão se a IA ampliará as oportunidades e a prosperidade compartilhada ou aprofundará a desigualdade e a insegurança. Tais escolhas incluem: investir em capacitação, fortalecer a proteção social e trabalhista, apoiar micro, pequenas e médias empresas e defender os princípios e direitos fundamentais no trabalho. Esta é, em última análise, uma escolha social e política sobre o futuro que desejamos.*

Buscando contribuir para o enfrentamento destes desafios, que marcam o mundo do trabalho na atualidade, a agenda da Conferência deste ano, apresentada e discutida no último número dos Cadernos, pauta importante temas a serem dialogados no contexto tripartite, entre os quais:

- A proposta de uma Convenção sobre o trabalho decente na economia de plataformas, como estratégia para atualizar as normas regulamentadoras e as

redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores que, diariamente, realizam suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais operadas por algoritmos, produzindo contextos de extrema vulnerabilização e precarização das condições de trabalho, já discutidos aqui, anteriormente;

- Uma discussão, recorrente nos fóruns da OIT e da própria CIT, sobre a importância de promover o diálogo social no mundo do trabalho, sobretudo no que diz respeito à necessidade de torná-lo mais inclusivo e eficaz, garantindo a ativa participação dos trabalhadores nos espaços de negociação coletiva e o direito à associação;
- Um diálogo, urgente e imprescindível, sobre estratégias para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, como caminho para superar as históricas barreiras estruturais que continuam a dificultar o acesso equitativo de homens e mulheres a oportunidades de emprego, cargos e progressão de carreira;
- A análise do relatório do diretor-geral sobre a situação dos trabalhadores nos territórios árabes ocupados, destacando a importância de promover estratégias para uma rápida recuperação da economia e do emprego, sem qualquer perda de direitos fundamentais.

Ao final do presente artigo se encontra reproduzido, na íntegra, o discurso de Gilbert F. Houngbo, diretor-geral da OIT, proferido durante a abertura da 114ª CIT, traduzido para o português.

Ecos da crise geopolítica contemporânea também foram ouvidos na sessão de abertura da Conferência. Inicialmente, a partir de uma consulta do presidente da Conferência, Juan Castillo, ministro do trabalho e da previdência social do Uruguai, sobre a possibilidade de aceitar a participação da delegação da Palestina na condição de observador, tal qual ocorrido na sessão anterior, em 2025. Imediatamente, houve manifestação contrária do representante do governo de Israel, que foi seguida pelos representantes dos governos dos Estados Unidos e da Argentina. E forçou a realização de uma votação, que confirmou por ampla maioria a condição de observador da delegação palestina - gerando reiterados protestos da delegação israelense.

Também marcaram as plenárias iniciais da 114ª CIT as manifestações de diversas delegações e representações - como a presidente (*chairperson*) do Grupo dos Trabalhadores da OIT, Catelene Passchier, entre outras representações nacionais de trabalhadores, além dos representantes dos governos da Argélia, Turquia e Djibuti - em favor dos trabalhadores e da população em geral da Palestina, conclamando a interrupção imediata dos ataques por parte do governo de Israel e o apoio dos organismos internacionais pela recuperação da economia e do emprego na região.

Convenção sobre o trabalho decente na economia de plataformas

A discussão em torno da Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas - segunda rodada sobre o tema que, desde a 113a Sessão da CIT, em 2025, busca estabelecer novos padrões internacionais para o trabalho mediado por plataformas digitais -, acontece no âmbito do Comitê de Definição de Padrões sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas. A partir de um projeto de Convenção e Recomendação, o trabalho do Comitê foi organizado em dois momentos:

- Numa primeira etapa, realizada em 1 e 5 de junho, as delegações submeteram emendas ao projeto, as quais iam sendo discutidas e incorporadas ao documento final, mediante rodadas de discussão e recomendações à comissão de redação;
- Posteriormente, em uma segunda etapa, realizada entre 8 e 10 de junho, o Comitê se dedica a analisar as emendas e aprovar os textos finais da Convenção, da Recomendação e respectivas declarações finais.

Por fim, o Comitê deverá encaminhar, em 11 de junho, os textos da Convenção e da Recomendação ao plenário da Conferência para votação e aprovação[1].

Entre os principais pontos a se destacar na Convenção e na Recomendação, discutidas durante a Conferência, destacam-se as diretrizes para a promoção do emprego e a proteção de trabalhadores e trabalhadoras cujas atividades de trabalho são mediadas por plataformas digitais, o reconhecimento dos vínculos laborais por parte dos grupos que controlam as plataformas digitais, as estratégias para a promoção da saúde e segurança no trabalho plataformizado, a garantia do direito à associação e o combate às formas de assédio e discriminação no trabalho mediado por plataformas, entre outros pontos-chave. A Convenção também trata do uso de sistemas automatizados pelas plataformas digitais de trabalho, em particular algoritmos que operam em uma lógica gamificada, cujos impactos sobre a saúde mental e física de trabalhadoras e trabalhadores já têm sido registrados, em diferentes partes do planeta, como discutido anteriormente.

Ao final da primeira semana de discussões, onde o Comitê de Definição de Padrões sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas recebeu e analisou um conjunto de emendas ao projeto de Convenção, observou-se uma grande preocupação das delegações que analisaram o documento em ajustar a redação para que o caráter positivo da inovação tecnológica e digital no mundo do trabalho - nomeadamente, a expansão do uso de plataformas digitais na mediação de atividades de trabalho -, como a ampliação da oferta de empregos, a otimização de processos de trabalho e os ganhos de produtividade, ficassem preservados no texto, enquanto o reconhecimento explícito dos impactos sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores fosse minimizado ou suprimido. Exemplos de emendas, propostas pelo Grupos dos Empregadores, no sentido de minimizar ou suprimir riscos e impactos da plataformização sobre os trabalhadores incluem:

- Substituição do trecho que reconhece a existência de *"déficits de trabalho decente e desafios na economia de plataformas"* por outro, que reafirma, de forma genérica, *"a importância dos direitos e da proteção dos trabalhadores";*
- Retirada do trecho que reconhece *"o impacto da utilização de sistemas automatizados nas condições de trabalho dos trabalhadores de plataformas digitais ou no seu acesso ao trabalho"*;
- Ou ainda a substituição do trecho que afirma (no Artigo 4 da Convenção) que *"cada país membro tomará medidas apropriadas para a prevenção de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e quaisquer outros agravos à saúde dos trabalhadores da plataforma digitais, resultantes de, relacionadas ou ocorrendo no*

[1] O presente texto foi finalizado em 7 de junho de 2026 e, portanto, não registra as deliberações e decisões finais da Conferência

decurso do seu trabalho" por *"cada país membro tomará medidas apropriadas para promover um ambiente seguro e um saudável ambiente de trabalho na economia de plataforma"*.

Já exemplos de emendas, propostas pelo Grupos dos Empregadores e por membros dos governos nacionais, no sentido de destacar a importância da incorporação tecnológica no mundo do trabalho incluem:

- Substituição do trecho que reconhece que *"a natureza e o crescimento da economia de plataformas, nomeadamente as plataformas digitais de trabalho, está transformando significativamente o mundo do trabalho"* por *"a natureza e o crescimento da economia de plataformas, nomeadamente as plataformas digitais de trabalho, aumentaram as oportunidades de criação de emprego, rendimentos e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho em diferentes setores"*;
- E a inclusão do trecho "reconhecendo que o trabalho em plataformas digitais constitui uma nova forma de trabalho não convencional, na medida em que a organização e/ou facilitação do trabalho - caracterizada pelo uso de sistemas automatizados - desempenha um papel fundamental na correspondência entre a demanda pelo serviço e a oferta de trabalho por um indivíduo que possui uma relação contratual com a plataforma de trabalho digital ou um intermediário".

O desfecho das discussões, a versão final da Convenção e sua aprovação pelo plenário ainda está por ser dada, embora já bem avançada e encaminhada pelos trabalhos do Comitê. As normas e recomendações propostas pela Convenção deverão constituir um primeiro instrumento internacional voltado, especificamente, para regular os impactos da digitalização no mundo do trabalho. E, assim, todas as atenções sobre a redação de seus artigos é necessária, para que o direito ao trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo na economia de plataformas seja o alicerce da Convenção.

A Promoção da Igualdade de Gênero como um Imperativo

As discussões em torno das estratégias para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho se deram no âmbito do Comitê de Discussão Geral sobre a Agenda Transformadora para a Igualdade de Género no Trabalho. Reunido entre 1º e 10 de junho, o Comitê deliberou sobre o item VI da agenda da 114ª Sessão da Conferência, e teve como documento orientador o Relatório "Promovendo uma agenda transformadora para a igualdade de género no mundo do trabalho"

O plano de trabalho do Comitê foi composto por três segmentos:

- Nos dias 1º e 2 de junho, houve uma discussão geral com base no relatório, orientada por pontos de discussão anteriormente definidos;
- Nos dias 4 e 5 de junho, as discussões e sugestões apresentadas serviram de base para a elaboração da minuta de conclusões, organizada pela comissão de redação;
- Entre 8 e 10 de junho, o Comitê analisa as emendas à minuta de conclusões, recebidas pelo Comitê ao longo dos dias anteriores, orientando o trabalho de sistematização da comissão de redação. E, em sua sessão final, a realizar-se na tarde do dia 10 de junho, o Comitê deverá aprovar as conclusões que serão, então,

submetidas à plenária da Conferência para votação e aprovação na quinta-feira, 11 de junho.

Os principais pontos discutidos pelo Comitê, a serem incluídos no documento final (conclusões) são:

- Quais são as principais barreiras estruturais ao avanço da igualdade de gênero no mundo do trabalho e quais abordagens políticas, integradas e baseadas em evidências, são necessárias para enfrentar suas causas profundas?
- Quais medidas são necessárias para garantir que as transformações em curso, incluindo as transições tecnológicas, ambientais e demográficas, sejam aproveitadas para promover a igualdade de gênero e alcançar o desenvolvimento econômico e social inclusivo e sustentável? Como essas medidas podem ser concebidas e financiadas?
- E quais ações prioritárias os constituintes da OIT e seu secretariado, dentro de seus respectivos mandatos, devem tomar para promover, impulsionar e apoiar uma agenda transformadora para a igualdade de gênero no mundo do trabalho? Como os esforços concretos e práticos podem ser fortalecidos para alcançar a igualdade de gênero no mundo do trabalho?

As principais discussões sobre a questão partem da premissa que progressos importantes vêm sendo alcançados, em diferentes partes do planeta, em relação à promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho. As mulheres em todo o mundo estão tendo mais acesso à educação e participam do mercado de trabalho em maior número, acessando cada vez mais cargos gerenciais e de liderança. Esses avanços, segundo o documento orientador da OIT, refletem, em parte, o reconhecimento de que a igualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento social, reforçando a centralidade da promoção do bem-estar e de sociedades equitativas.

No entanto, reconhece a OIT, o progresso geral permanece modesto e desigual entre países e regiões. As disparidades de gênero no emprego e na remuneração persistem e as mulheres continuam sobrerrepresentadas em funções que são tipicamente subvalorizadas e têm condições de trabalho menos dignas. O documento da OIT destaca, amparado por exemplos e estatísticas, que nos países de baixa e média-baixa renda, onde o emprego informal predomina, as mulheres continuam sobrerrepresentadas na economia informal, com acesso limitado ao trabalho e à proteção social. Barreiras estruturais e sistêmicas, incluindo a discriminação e responsabilidades desiguais de cuidado, continuam a impulsionar as desigualdades de gênero no mundo do trabalho.

Em um contexto marcado por conflitos e múltiplas crises, a discussão é urgente e necessária, já que exemplos históricos e conjunturais mostram que os impactos da chamada “crise de crises” (múltiplas crises - econômicas, políticas, sociais - cujos determinantes interagem entre si, agravando seus efeitos e impactos sobre a sociedade) são desproporcionalmente sentidos em alguns grupos da população, entre os quais destacam-se as mulheres - sobretudo mulheres negras, periféricas ou residentes em zonas rurais, com limitado acesso à educação.

Assim, a possibilidade de aprovação de um documento da OIT, que possa servir como referência para efetivas transformações no mundo do trabalho, ao redor do planeta, para a promoção da igualdade de gênero, é altamente reverenciada e coloca boas expectativas sobre o produto a ser aprovado no marco da Convenção.

Conclusões

Este artigo é elaborado enquanto a Organização Internacional do Trabalho realiza a sua 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, cujos trabalhos se encerram em 12 de junho de 2026. Os delegados das representações de governos, empregadores e trabalhadores dos 187 Estados-Membros da OIT vêm discutindo, ao longo das últimas duas semanas, questões importantes para o mundo do trabalho, como a garantia de um trabalho seguro, saudável, sustentável e equitativo na economia das plataformas, a possibilidade de pactuação em torno de um agenda transformadora para a igualdade de género no trabalho e o fortalecimento do diálogo social e o tripartismo, principalmente em momentos de múltiplas crises (ou "crise de crises") como vivemos na atualidade.

Ecos da crise geopolítica contemporânea e da histórica disputa entre capital e trabalho são ouvidos desde as primeiras sessões, dando a tônica das discussões em plenários e nas comissões. E devem influenciar os produtos previstos para serem entregues, ao final da Conferência, como contribuição para enfrentar os desafios colocados para o mundo do trabalho contemporâneo. Que prevaleçam, nesses produtos finais, a manifestação inequívoca da importância do diálogo social e do multilateralismo para a solução de conflitos e disputas, e o respeito imprescindível aos direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo nos territórios profundamente afetados pelos conflitos armados vigentes, como a Palestina, o Sudão, o Irã e o sul do Líbano.

Que no próximo número dos Cadernos possamos trazer boas novas direto de Genebra, algo bastante necessário em tempos de "crise de crises".

ANEXO

Discurso de Abertura da 114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT)

Gilbert F. Houngbo, diretor-geral da OIT
Genebra, 1º de junho de 2026
(tradução livre)

Honorável Ministro Juan Castillo, Presidente da Conferência Internacional do Trabalho, Sua Excelência a Embaixadora Nahida Sobhan, Vice-Presidente do Governo, Sra. Kristen Kaufman, Vice-Presidente dos Empregadores, Sr. Gerardo Martínez, Vice-Presidente dos Trabalhadores, Honoráveis Ministros, Delegados, Senhoras e Senhores,"

Gostaria de começar por dar-lhes as boas-vindas à 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho e felicitar o Presidente e os Vice-Presidentes pela sua eleição.

Reunimo-nos num momento de profunda incerteza. A economia global permanece frágil e a crise no Oriente Médio emergiu como uma importante fonte de risco para os trabalhadores, as empresas e as comunidades. Os marinheiros no Estreito de Ormuz, os trabalhadores migrantes nos países do Golfo, os trabalhadores agrícolas no sul do Líbano e os trabalhadores e empresas de vários setores no Irã estão entre os mais diretamente afetados.

A OIT agiu rapidamente para avaliar as implicações desta crise para o mundo do trabalho. Nossa mais recente atualização sobre Emprego e Tendências Sociais mostra que seus efeitos já estão se espalhando para além da região, por meio de preços de energia mais altos, interrupções na cadeia de suprimentos, investimentos mais fracos e pressões sobre a migração e as remessas.

Em uma economia global já de crescimento lento, marcada por déficits persistentes de trabalho decente, as consequências podem ser significativas. Sob um cenário de choque petrolífero prolongado, as horas trabalhadas em todo o mundo podem cair, impactando o equivalente a 14 milhões de empregos em tempo integral este ano e 38 milhões no próximo, com perdas de renda do trabalho que podem chegar a US$3 trilhões até 2027. O impacto pode ser particularmente severo nos Estados Árabes, com repercussões em toda a Ásia e no Pacífico.

Muitos governos agiram rapidamente. No entanto, medidas coordenadas e sustentadas continuam sendo essenciais. O fortalecimento da proteção social, o apoio às micro, pequenas e médias empresas e a preservação de empregos serão fundamentais para evitar que esse choque se torne um retrocesso duradouro para o trabalho decente.

Essa crise está se desenrolando em mercados de trabalho já fragilizados. O progresso na qualidade do emprego estagnou, a informalidade afeta mais de 2,1 bilhões de trabalhadores e a transição para empregos de melhor qualidade desacelerou. E se a crise no Oriente Médio continuar a enfraquecer empregos, rendimentos e meios de subsistência, mais trabalhadores e empresas poderão ser empurrados para a informalidade, com maiores riscos de trabalho infantil e forçado.

Paralelamente a esses desafios, enfrentamos uma transformação de outra ordem: a inteligência artificial. A IA está remodelando a forma como o trabalho é organizado, como o valor é criado e como as decisões são tomadas, em uma velocidade e escala sem precedentes.

*É nesse contexto que apresento meu relatório, **Um momento de escolha: Aproveitando a inteligência artificial para o trabalho decente**. A mensagem central é bastante clara: o futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia, mas pelas políticas, instituições e diálogo social que a orientarem.*

As escolhas que fizermos hoje determinarão se a IA ampliará as oportunidades e a prosperidade compartilhada ou aprofundará a desigualdade e a insegurança. Tais escolhas incluem: investir em capacitação, fortalecer a proteção social e trabalhista, apoiar micro, pequenas e médias empresas e defender os princípios e direitos fundamentais no trabalho. Esta é, em última análise, uma escolha social e política sobre o futuro que desejamos.

Os trabalhadores de todo o mundo devem poder partilhar os ganhos de produtividade gerados pela IA. Esses ganhos devem ser distribuídos de forma justa através de melhores salários, maior proteção laboral e um crescimento mais inclusivo. A negociação coletiva continuará a ser essencial, juntamente com uma governação da IA baseada na transparência, na responsabilização e na supervisão humana.

Esta transformação tem também uma dimensão crítica de desenvolvimento. Os países em diferentes níveis de desenvolvimento não devem ser deixados para trás. Devem poder se beneficiar da IA como motor de convergência, criação de emprego, transformação estrutural e trabalho decente.

É por isso que o meu relatório propõe uma agenda estratégica construída em torno de quatro pilares: direitos, emprego, competências, proteção social e diálogo social. Espero sinceramente que esta Conferência proporcione uma oportunidade para os participantes partilharem as suas experiências, trocarem ideias e aprenderem uns com os outros enquanto navegamos juntos por esta transformação. Através das nossas discussões, podemos ajudar a

traçar um caminho comum que aproveite o potencial da IA, garantindo que a inovação promova o trabalho decente, a inclusão e a justiça social.

Excelências,

As crises e transformações atuais nos lembram da relevância duradoura de nossos princípios fundadores. Como afirma o Preâmbulo da Constituição da OIT, a paz duradoura só pode ser estabelecida se for baseada na justiça social.

Não vejo isso como um mero princípio – é um chamado à ação. A instabilidade econômica, a desigualdade e a exclusão não são apenas desafios sociais; são ameaças à paz.

A Declaração da Filadélfia deu a essa visão seu pleno significado: o trabalho não é uma mercadoria; a liberdade de expressão e de associação são essenciais para o progresso social; a pobreza em qualquer lugar constitui um perigo para a prosperidade em todo lugar; e todos os direitos humanos devem ser respeitados.

Os seres humanos têm o direito de buscar seu bem-estar e desenvolvimento em condições de liberdade, dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

As normas internacionais do trabalho dão expressão a essa visão. Elas continuam sendo essenciais para a concretização da justiça social, proporcionando estabilidade em tempos de incerteza e orientação em tempos de mudança.

É por isso que devemos nos concentrar não apenas na quantidade de empregos, mas também na sua qualidade – nos direitos, na representação, na segurança, na igualdade e na inclusão. Saúdo o crescente engajamento das instituições financeiras internacionais e dos bancos multilaterais de desenvolvimento com a agenda do emprego e sua cooperação com a OIT na dimensão da qualidade do emprego.

Senhoras e Senhores,

A agenda da Conferência deste ano oferece uma oportunidade para abordar grandes desafios por meio de um diálogo tripartite.

A Conferência dará continuidade à sua discussão normativa sobre trabalho decente na economia de plataformas – um passo importante para responder às novas formas de trabalho e reduzir as lacunas em termos de proteção e inovação.

Também haverá uma discussão recorrente sobre diálogo social, com foco em como torná-lo mais inclusivo e eficaz, respeitando a liberdade de associação e a negociação coletiva.

A discussão sobre igualdade de gênero abordará as barreiras estruturais que continuam a dificultar o progresso, reafirmando nosso compromisso compartilhado de construir sociedades onde a igualdade, a dignidade e as oportunidades sejam acessíveis a todos.

A Conferência também analisará meu relatório sobre a situação dos trabalhadores nos territórios árabes ocupados, destacando a importância de uma recuperação baseada em direitos.

O Dia Mundial contra o Trabalho Infantil proporcionará uma oportunidade para acelerar o progresso em relação aos compromissos assumidos em Marrakech.

Por fim, a justiça social permanece no centro de nossa missão. A Coalizão Global para a Justiça Social continua a crescer, demonstrando um compromisso compartilhado com mercados de trabalho mais inclusivos.

Senhoras e Senhores,

Este mesmo propósito guia a própria OIT. Em um mundo em rápida transformação, devemos garantir que nossa Organização permaneça ágil, eficaz e responsiva, ao mesmo tempo em que continua a promover a justiça social e o trabalho decente. Nossa agenda de reformas está fortalecendo a execução de nossas atividades, preservando nosso mandato normativo único, nosso sistema de supervisão e nossa estrutura tripartite.

A reforma não visa mudar quem somos. Ela visa fortalecer nossa capacidade de cumprir nosso mandato no contexto da reforma mais ampla da ONU. À medida que nos adaptamos às novas realidades, permanecemos firmemente ancorados nos valores e princípios que guiaram a OIT por mais de um século.

Acima de tudo, nossa força reside em nossos colaboradores. Gostaria de expressar meu profundo apreço aos funcionários da OIT por seu profissionalismo, resiliência e compromisso inabalável durante um período de mudanças e incertezas significativas.

O diálogo social também deve permanecer no centro de nossos esforços. Permaneço totalmente comprometido em manter um engajamento construtivo com o Sindicato dos Funcionários e em garantir que a mudança seja guiada pelo diálogo e por nossos valores compartilhados.

O mundo do trabalho está mudando rapidamente. No entanto, os valores que nos unem permanecem. Se permanecermos fiéis a esses valores, ao mesmo tempo que abraçamos a mudança com confiança e propósito, a OIT continuará sendo um farol de justiça social, um parceiro confiável para seus constituintes e uma força motriz para o trabalho decente para as gerações futuras.

Desejo a todos deliberações frutíferas e uma Conferência bem-sucedida.